

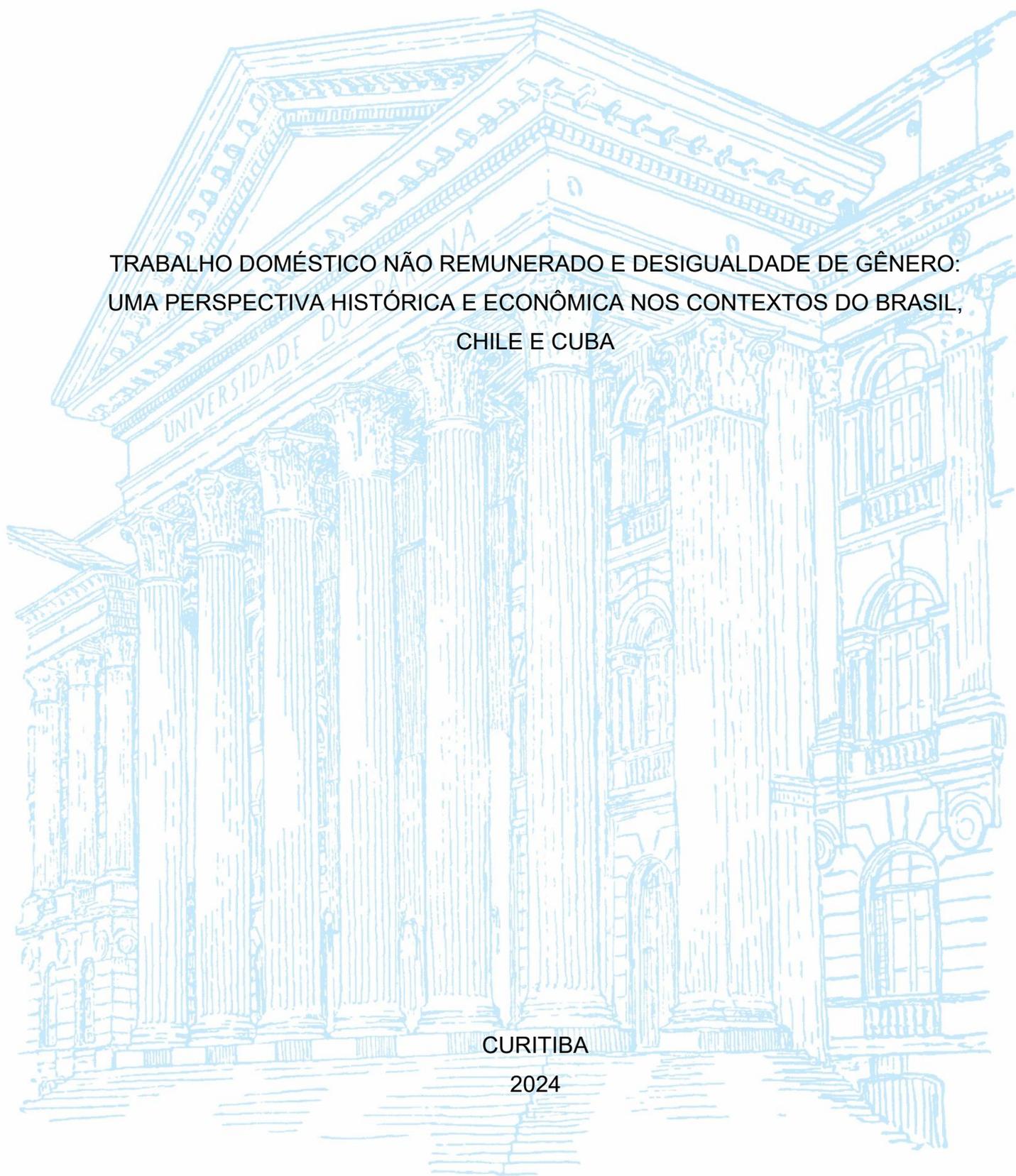
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BIANCA SAUER SOARES

TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO E DESIGUALDADE DE GÊNERO:
UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA E ECONÔMICA NOS CONTEXTOS DO BRASIL,
CHILE E CUBA

CURITIBA

2024



BIANCA SAUER SOARES

TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO E DESIGUALDADE DE GÊNERO:
UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA E ECONÔMICA NOS CONTEXTOS DO BRASIL,
CHILE E CUBA

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Larissa Naves de Deus Dornelas

CURITIBA

2024

TERMO DE APROVAÇÃO

BIANCA SAUER BERNARDES

TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO E DESIGUALDADE DE GÊNERO:
UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA E ECONÔMICA NOS CONTEXTOS DO BRASIL,
CHILE E CUBA

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas,
Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Prof(a). Dr(a). Larissa Naves de Deus Dornelas
Orientadora – Departamento de Economia, UFPR

Prof(a). Dr(a). Angela Welters
Departamento de Economia, UFPR

Prof(a). Dr(a). Maríndia Brites
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 02 de dezembro de 2024.

*Dedico esse trabalho às mulheres,
que transformam o mundo todos os dias.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço às orientadoras Larissa Naves e Raquel Guimarães que, em diferentes etapas, me acompanharam nesse longo processo de escrita. Apesar de, ao longo da graduação, me apresentarem com matérias de assuntos tão diferentes e tão bem aplicadas, ambas me marcaram muito e se tornaram muito queridas por mim. São mulheres como vocês, tão boas pessoas e profissionais, que me inspiram e me dão vontade de ser mais e melhor.

Agradeço, agora, as pessoas que mais me deram apoio em meio ao turbilhão de emoções que decorreu desse desenvolvimento. Agradeço a minha mãe, Vanessa, e ao meu pai, Julio, por terem se dedicado tanto a me oferecer um ensino de qualidade ao longo da minha infância e adolescência. Agradeço por estarem dispostos a entenderem meus medos, inseguranças e ansiedades, mesmo quando não tinham palavras para me acalmar. O abraço de vocês sempre foi o lugar mais seguro do mundo. Agradeço por me fornecerem um lar protegido, no qual eu pude crescer pensando no meu desenvolvimento. Agradeço por serem sempre os primeiros a me dizer de que eu era capaz, mesmo quando eu era a primeira a desacreditar. Essa conquista não seria possível sem vocês, e tudo o que eu sou hoje é um tanto de cada um. Esta graduação é um resultado de uma família baseada em um cuidado feito com muito amor, sintam orgulho de si mesmos pelo trabalho que fizeram.

Agradeço a Beatriz, que, em um ápice de desespero na reta final, conseguiu me ajudar a recuperar o histórico desse trabalho o qual eu achava que havia perdido. Agradeço por ter sido uma amiga paciente e acolhedora; agradeço por todas as vezes que cozinhou para mim e me fez dar boas risadas.

Agradeço, por último, ao Vitor. Entre todos os altos e baixos que passei nos últimos meses, agradeço você pela sua paciência e pelo seu carinho imenso. Agradeço por você ter sido um ponto de afeto que me manteve firme, de forma segura e madura. Obrigada.

RESUMO

Nesta monografia, explorei como o trabalho doméstico não remunerado impacta a vida das mulheres e o funcionamento das economias no Brasil, Chile e Cuba, a partir da perspectiva da Economia Feminista. O trabalho buscou compreender, de forma histórica e econômica, como a divisão sexual do trabalho foi moldada ao longo do tempo e como isso influencia as dinâmicas econômicas e sociais desses países, promovendo a desigualdade de gênero. A metodologia utilizada incluiu revisão de literatura acadêmica e análise de dados históricos e contemporâneos, permitindo uma visão ampla sobre as estruturas econômicas e culturais que perpetuam essas desigualdades. Através da análise de autoras clássicas, foi possível identificar as raízes das disparidades econômicas, sociais e políticas enfrentadas pelas mulheres, bem como propor novas abordagens para reconhecê-las e combatê-las. O estudo revelou como as políticas públicas e os contextos históricos específicos de cada país influenciaram as percepções e o valor atribuído ao trabalho doméstico. Ao longo da pesquisa, delinee os impactos econômicos e sociais dessa invisibilização, explorando caminhos para um sistema econômico mais justo e inclusivo.

Palavras-chave: Economia-Feminista; Trabalho-Doméstico-Não-Remunerado; Igualdade-De-Gênero; Divisão-Sexual-Do-Trabalho; Impacto-Socioeconômico.

ABSTRACT

In this monograph, I explored how unpaid domestic work affects women's lives and the functioning of economies in Brazil, Chile, and Cuba from the perspective of Feminist Economics. The study aimed to understand, both historically and economically, how the sexual division of labor has been shaped over time and how it continues to influence the economic and social dynamics of these countries, fostering gender inequality. The methodology included a review of academic literature and an analysis of historical and contemporary data, providing a broad perspective on the economic and cultural structures that perpetuate these inequalities. Through the analysis of key feminist authors, it was possible to identify the roots of the economic, social, and political disparities faced by women and propose new approaches to recognize and address them. The study revealed how public policies, and the historical contexts of each country have shaped perceptions, and the value attributed to domestic work. Throughout the research, I highlighted the economic and social impacts of this invisibility, exploring pathways toward a more just and inclusive economic system.

Keywords: Economy-Feminist; Unpaid-Domestic-Work; Gender-Equality; Gender-Division-Of-Labor; Impact-Socioeconomic.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – HOMENS QUE REALIZARAM AFAZERES DOMÉSTICOS NO DOMICÍLIO, POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO	38
GRÁFICO 2 – MULHERES QUE REALIZARAM AFAZERES DOMÉSTICOS NO DOMICÍLIO, POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO	38
GRÁFICO 3 – PROPORÇÃO DE TEMPO GASTO EM TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS NÃO REMUNERADO, POR SEXO	39
GRÁFICO 4 – TEMPO MÉDIO DEDICADO AO TRABALHO REMUNERADO E NÃO REMUNERADO DA POPULAÇÃO COM 15 OU MAIS ANOS, POR SEXO E POR PAÍS.....	41
GRÁFICO 5 – PORCENTAGEM DE HOMENS E MULHERES EM DIFERENTES NÍVEIS QUE SÃO RESPONSÁVEIS PELA MAIORIA OU POR TODAS AS TAREFAS DOMÉSTICAS E/OU COM OS FILHOS.....	43
GRÁFICO 6 – TEMPO DE TRABALHO NÃO REMUNERADO DA POPULAÇÃO DE 20 A 59 ANOS SEGUNDO RENDIMENTO PRÓPRIO, POR SEXO .	44

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – TEMPO MÉDIO DEDICADO AO TDNR DA POPULAÇÃO FEMININA COM 15 ANOS OU MAIS.....	41
TABELA 2 – TEMPO MÉDIO DEDICADO AO TDNR DA POPULAÇÃO MASCULINA COM 15 ANOS OU MAIS.....	42

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

TDNR	- Trabalho Doméstico Não Remunerado
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 JUSTIFICATIVA	19
1.2 OBJETIVOS	19
1.2.1 Objetivo geral	20
1.2.2 Objetivos específicos.....	20
1.3 METODOLOGIA.....	21
2 REVISÃO DE LITERATURA	22
2.1 FEMINISMO, ECONOMIA DE GÊNERO E ECONOMIA FEMINISTA	22
2.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, DESIGUALDADE DE GÊNERO E TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO.....	27
2.2.1 Gênero e Trabalho Doméstico Não Remunerado na América Latina	31
3 MATERIAL E MÉTODOS	35
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	37
4.1 A DUPLA JORNADA FEMININA: A CONCILIAÇÃO ENTRE TRABALHO PRODUTIVO E CUIDADOS DOMÉSTICOS.....	37
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS.....	47

1 INTRODUÇÃO

Economia, dentre suas definições, pode ser compreendida como a organização e o conjunto de atividades desenvolvidas em sociedade, que visam a produção, distribuição e o consumo de bens e serviços necessários à sobrevivência e à qualidade de vida (FEA USP, s.d). Em *Economia Donut*, Kate Raworth (2019) nos apresenta a etimologia da palavra “economia”, que combina *oikos*, que significa “casa de família”, com *nomos*, que significa “regras”. Raworth interpreta então o conceito de economia como a “arte de gerir um lar”.

Contudo, ainda que a economia se apresente como uma ciência com uma origem de viés tão social, temas essenciais para a estrutura e manutenção da sociedade para além dos âmbitos de trabalho, mercados e governos são frequentemente ignorados em ambientes acadêmicos, em conferências econômicas e na mídia, inviabilizando a discussão sobre a existência da economia do cuidado e a mantendo centralizada na análise e abordagem da população que está sobrecarregada com esta atividade: as mulheres.

O trabalho de cuidados (ou economia do cuidado) envolve muitas horas e tempo dedicado ao cuidado com a casa e com as pessoas: como manutenção do lar ao faxinar a casa, comprar os alimentos que serão consumidos, cuidar das roupas (lavar, estender e guardar), fazer café da manhã, almoço, lanches e jantar, prevenir doenças com boa alimentação e higiene em casa, remediar quando alguém fica ou está doente, educar os filhos, dar banho em idosos, crianças pequenas e outras pessoas dependentes (BARAJAS, 2016).

A economia do cuidado é a base mais essencial para a sobrevivência da humanidade, todos nós precisamos dela para existir. Contudo, Maria Barajas (2016) define que as atividades que compõe o trabalho doméstico não remunerado (TDNR) é uma das áreas em que se observa com mais clareza a propagação de desigualdade entre mulheres e homens. No Brasil, 90% do trabalho de cuidados é produzido informalmente pelas famílias – e desses 90%, quase 85% é feito pelas mulheres (Oxfam: Tempo de Cuidar, 2024). Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2023, aponta que o simples fato de ser mulher leva a um aumento de 11 horas semanais de trabalho doméstico não remunerado, sendo uma média de 21,4 horas semanais de TDNR dedicado por mulheres, e 11 horas semanais dedicado por homens.

De acordo com o estudo *“Gênero é o que importa: determinantes do trabalho doméstico não remunerado no Brasil”* publicado pelo Ipea (2023), existe uma tendência de gênero quanto à responsabilidade perpassada sobre a economia do cuidado: sendo que filhos de ambos os sexos reduzem o tempo gasto pelos pais nas atividades domésticas, mas apenas as filhas adolescentes contribuem para a redução das responsabilidades das mães. Meninas e mulheres do mundo todo dedicam 12,5 bilhões de horas diariamente ao TDNR, uma contribuição equivalente de pelo menos US\$ 10,6 trilhões por ano à economia global (Oxfam: Tempo de Cuidar, 2024). Esforço esse que, no Brasil, equivalia a 11% do PIB, mais do que o dobro do que o setor agropecuário produziu em 2019 (IBGE, 2019).

O trabalho de cuidado é um dos principais recursos da economia atual - se somos nós que, em sociedade, protagonizamos a movimentação dos mercados e governos, é somente porque alguém cuidou e educou essas pessoas, tornando-as aptas. Contudo, o pensamento econômico atual não considera este trabalho como algo de valor. Neste contexto, a Economia Feminista “se propõe a desenvolver novas perspectivas e novas formas de ver o mundo social e econômico que permitam tornar visível o que tradicionalmente a economia predominante não revela” (TEIXEIRA, 2018, p. 138).

O feminismo surge então como um movimento que visa acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão (HOOKS, 2019) e, tão logo os ideais feministas contribuíram em diversas áreas da ciência, o mesmo pode ser observado na economia. A Economia Feminista, habituada no século XX, ao questionar as estruturas econômicas convencionais, abraçou uma série de tópicos, como micro e macroeconomia, história, políticas públicas, desenvolvimentos econômicos, filosofias e áreas como trabalho, família e cuidados (TEIXEIRA, 2018). Ao destacar experiências e perspectivas das mulheres, a Economia Feminista lança luz sobre as disparidades econômicas, sociais e políticas que impactam suas vidas, promovendo uma abordagem mais inclusiva e igualitária sob a perspectiva de gênero.

Faz-se importante evidenciar que as discussões sobre gênero estão intrinsecamente relacionadas ao discurso feminista e a complexidade do tema excede a ideologia ao gênero binário. Outrora, os conceitos de gênero e sexo eram definidos como tendo o mesmo sentido. No entanto, atualmente, reconhece-se que, enquanto sexo é entendido como algo biológico, gênero passa a ser considerado um fenômeno social (CARDOSO, 2019). Ainda assim, nessa monografia, opta-se por uma

abordagem mais restrita do conceito de gênero, analisando o ambiente sociopolítico econômico do mercado de trabalho de forma binária e dicotômica: mulher e homem.

Se assumíssemos que a modernização do conceito de gênero poderia levar a melhorias nos indicadores de igualdade, estaríamos equivocados: nas diversas camadas da desigualdade de gênero, é notório que as mulheres possuem participação predominante nas atividades ligadas aos afazeres domésticos e de cuidado no mundo todo (BARAJAS, 2016).

A pandemia de COVID-19 aumentou o tempo previsto da velocidade da paridade de gênero de 99,5 anos para 135,6 anos, de acordo com a pesquisa conduzida pelo *World Economic Forum* (WEF, 2021). Em um estudo sobre a igualdade de gênero que englobou 144 países ao todo, a Agência Brasil (2022) aponta que menos de um quarto dos países está fazendo progressos efetivos em direção a igualdade de gênero, e, um a cada três países, não está fazendo nenhum progresso ou está se movendo na direção errada. No cenário global, o Brasil ocupa a 78ª posição enquanto Chile está na 49ª posição, o que reflete as diferenças nas realidades econômicas e sociais desses dois países – no caso de Cuba, entretanto, não há dados disponíveis para a análise.

Ainda segundo a Agência Brasil (2022), este ranking é medido pela *Equal Measures 2030* e faz parte de um relatório global de análise da evolução dos países em metas e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). O índice abrange 56 indicadores-chave em 14 dos 17 ODS.

De acordo com o CEPAL (2016, p. 28), “as tarefas domésticas e de cuidado constituem um suporte para as sociedades e têm um grande impacto no bem-estar e no potencial de desenvolvimento dos países.” Desse modo, o estudo aponta que o não reconhecimento da contribuição ao bem-estar das famílias aprofunda e reproduz desigualdades e, ainda, as políticas públicas atuais ignoram a distribuição do tempo como recurso primordial para o bem-estar e econômico da sociedade em conjunto. A partir desse entendimento, torna-se ainda mais evidente que a economia tradicional, além de não contemplar em seu objeto de estudo a perspectiva de gênero, também exclui a concepção de que o tratamento dado a homens e mulheres possa ser diferente (FERNANDEZ, 2018) nas relações sociais, políticas e trabalhistas.

A Economia Feminista elucida, portanto, porque a divisão do trabalho remunerado e não remunerado se dá de forma desigual entre os gêneros, qual a

intensidade dessa desigualdade, seus fatores agravantes e seus efeitos sobre a participação feminina na atividade econômica.

1.1 JUSTIFICATIVA

É evidente que existe um atraso em nossa sociedade quando se trata de igualdade de gênero. Na economia, o sexismo se potencializa com o ocultamento das atividades não remuneradas desenvolvidas majoritariamente por mulheres. Atividades de reprodução social (trabalho relacionado a família e cuidados), ainda que sejam fundamentais para o bem-estar, não estão devidamente representadas ou inseridas no Sistema de Contas Nacionais, cenário em que se torna possível assumir que o papel das mulheres no provimento do bem-estar das famílias e do lar é negligenciado.

Países que, de alguma maneira, já incorporaram estas atividades no PIB, evidenciam a importância do trabalho não remunerado, com participação entre 15% e 25%, e, o índice desses dados apresentam que existe sim uma grande desigualdade na distribuição das responsabilidades não remuneradas dentro do domicílio (CEPAL, 2016).

Nesse contexto, fica mais evidente a importância de estudos sobre o impacto da valoração do trabalho não remunerado e o seu papel para a desigualdade de gênero. Ainda que as economistas feministas provenham de múltiplas escolas da economia e, por conseguinte, seus objetivos teóricos e metodologias serem variados e suas conclusões conflitantes, todas possuem um ideal em comum: a tentativa de introduzir o gênero como uma categoria analítica também na economia (FERNANDEZ, 2018).

1.2 OBJETIVOS

Considerando a relevância e contemporaneidade da temática “Economia Feminista”, este estudo tem como objetivo investigar e analisar as origens históricas, o desenvolvimento e as consequências da divisão sexual do trabalho na vida das mulheres e no funcionamento econômico. Busca-se compreender como as normas e instituições de uma sociedade patriarcal e capitalista condicionam a desvalorização das mulheres, restringindo suas oportunidades e contribuições na economia. Através

da introdução do gênero como uma categoria analítica dentro da economia, pretende-se examinar de forma crítica as relações de poder, as desigualdades e as injustiças que permeiam a divisão sexual do trabalho.

1.2.1 Objetivo geral

Pautado nos ideais da Economia Feminista e a partir da inclusão da perspectiva de gênero, este estudo tem por objetivo geral analisar os impactos sociais e econômicos que são refletidos a partir da desvalorização do trabalho doméstico não remunerado feminino. Para tal, a temática será abordada e aprofundada no contexto histórico em três países selecionados da América Latina: Brasil, Chile e Cuba.

1.2.2 Objetivos específicos

Para que seja possível aprofundar-se na discussão sobre as falhas e impactos negativos da divisão sexual do trabalho, que nada mais é do que o resultado de uma sociedade patriarcal que fomenta a desigualdade de gênero, a perspectiva feminista sobre a economia será utilizada como referencial teórico. Visto isso, preocupa-se, nos primeiros capítulos, em apresentar uma revisão da literatura teórica sobre a Economia Feminista, afim de contextualizar como os temas pautados estão em contraposição à economia dominante, propondo desenvolver novas perspectivas e novas formas de ver o mundo social e econômico (TEIXEIRA,2018).

Em adição a base teórica feminista, o estudo também se preocupará em analisar as estatísticas sobre o trabalho doméstico não remunerado no mundo. Objetiva-se evidenciar, através de dados quantitativos, como a falta de reconhecimento e valoração do trabalho doméstico e de cuidados, que historicamente tem sido atribuído majoritariamente às mulheres, afeta sua qualidade de vida, sua autonomia e suas oportunidades econômicas.

Ainda, dentro desse cenário, este estudo se propõe a conduzir investigações e análises aprofundadas nos contextos específicos de três países selecionados da América Latina: Brasil, Chile e Cuba. Pretende-se examinar como a desigualdade de gênero no âmbito do TDNR influencia aspectos como saúde, educação, empoeiramento e participação no mercado de trabalho, considerando as suas dimensões individuais, familiares e sociais nestes países. É a partir de uma

abordagem crítica, que será evidenciada a importância de visibilizar e valorizar o TDNR como um componente essencial da economia.

1.3 METODOLOGIA

Pela necessidade de compreender e descrever o fenômeno e os impactos do TDNR feminino no contexto da economia, utiliza-se como base para o desenvolvimento deste estudo a metodologia teórica-descritiva. Por meio dessa metodologia, será possível examinar as diferentes perspectivas teóricas da análise feminista e da inserção da visão de gênero na economia. Como estudo de caso, a fim de contextualizar e exemplificar o impacto da desvalorização do trabalho não remunerado das mulheres, serão apresentados e analisados dados históricos e quantitativos sobre a conjuntura social e econômica do Brasil, Chile e Cuba.

Esta monografia está estruturada em quatro capítulos principais, para além da introdução. O segundo capítulo, identificado como Revisão de Literatura, discute os conceitos teóricos fundamentais, aprofundando temas como feminismo, Economia de Gênero e Economia Feminista (seção 2.1) e a divisão sexual do trabalho e desigualdade de gênero, com um enfoque especial no TDNR (seção 2.2). O terceiro capítulo, Material e Métodos, detalha as fontes de dados utilizadas e os métodos empregados na análise quantitativa e qualitativa. Por fim, o quarto capítulo, Apresentação dos Resultados, expõe e discute as principais análises de pesquisa acerca das dinâmicas e impactos da desigualdade de gênero no Brasil, Chile e Cuba.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O objetivo deste capítulo é apresentar uma reflexão do papel econômico da mulher, a partir de discussões teóricas sobre desigualdade de gênero, raça, classe social e a inserção da visão feminista na economia, com foco, em especial, à divisão sexual do trabalho. Para tal compreensão, inicialmente, na seção 2.1, será apresentada a conjectura da Economia Feminista e de Gênero, perpassando em um recorte do movimento feminista, destacando elementos essenciais para a discussão atual. As demais seções serão dedicadas a desvelar, sob a perspectiva social, a compreensão sobre a divisão sexual do trabalho e os excessos do trabalho doméstico não remunerado na vida econômica das mulheres, com um delineamento característico através da América Latina.

2.1 FEMINISMO, ECONOMIA DE GÊNERO E ECONOMIA FEMINISTA

O movimento feminista, que essencialmente materializou-se pela exposição das sufragistas, é usualmente visto em três ondas temporais: a primeira, situada em meados do século XIX e que se estende até cerca dos anos 60, é centralizada pelo desejo de emancipação das mulheres pelos seus direitos civis, políticos, sociais e trabalhistas, reivindicando sua incorporação como cidadãs de plenos direitos tal como os homens. A segunda onda, a qual mantém-se ativa até a década de 80, é impulsionada pela percepção da opressão também dentro do núcleo familiar; a preocupação das feministas se manifestava a partir da observação das mulheres como seres dependentes e subvalorizadas, essencialmente para aquelas que se dedicavam integralmente à família. É neste cenário também que decorrem as primeiras críticas femininas na ciência. E, por último, a terceira onda, que ocorre na atualidade, é algumas vezes referida - e criticada por isso - como pós-feminismo (NOGUEIRA, 2017).

Ainda que o feminismo seja geralmente compreendido como um movimento que une as mulheres na busca pela emancipação dos contextos de opressão em que estão inseridas, este também recebeu fortes críticas das próprias mulheres que não se viam representadas por ele. O discurso de emancipação de gênero, reconhecido essencialmente nas duas primeiras ondas do feminismo, estiveram centralizados nas vivências de mulheres brancas de classe média alta e com ensino superior,

marginalizando as experiências e preocupações das mulheres não brancas e brancas em situação de pobreza, que enfrentavam desafios relacionados à discriminação racial e étnica e à sobrevivência econômica (NOGUEIRA, 2017; HOOKS, 2019).

Nesse contexto, um conjunto de teorias feministas que compunham as múltiplas categorias de identidade começaram a ganhar espaço. Suas essências partem pela diferenciação do que consideram ser a causa da opressão das mulheres e as condutas necessárias para acabar com as desigualdades, assim, manifestando o que reconhecemos posteriormente como feminismo negro, liberal, marxista, radical e cultural (NOGUEIRA, 2017). Foi ainda neste período em que a mulher passou também a ser evidenciada como sujeito de pesquisa da Economia em contextos distintos: o período que antecede à ascensão da Economia Feminista e o momento em que ela é reconhecida enquanto corrente econômica (BOHN, CATELA, 2017).

No capítulo *A mulher enquanto sujeito da Ciência Econômica – antecedentes à Economia Feminista*, Bohn e Catela (2017) enfatizam a maneira tímida como os pensadores clássicos incluíam as mulheres em suas teorias. Em uma linha de raciocínio econômico pautado na compreensão do processo produtivo e do mercado, o entendimento era que as mulheres ocupavam espaços reduzidos na esfera do trabalho remunerado, uma vez que seu papel enquanto trabalhadoras domésticas era mais valorizado por serem consideradas importantes para o bem-estar das famílias. Uma clara contradição ao valorizar o trabalho reprodutivo das mulheres no ambiente familiar, mas não o incorporar nas análises do sistema econômico. No que diz respeito aos neoclássicos, estes irão legitimar a divisão entre a esfera de produção e a produção doméstica, conseqüentemente delimitando os espaços entre econômicos e não-econômicos; ou seja, estabelecendo o que deve, ou não, ser considerado na valoração econômica (como consequência, por exemplo, levando a inviabilização do trabalho doméstico não remunerado nas Contas Nacionais).

No debate econômico há duas vertentes de pensamentos feministas: aquele que acredita que a igualdade pode ser conquistada a partir da inserção da mulher na *esfera masculina*; e o que acredita que na necessidade de reconhecimento da importância da inclusão da *esfera feminina* na economia, na sociedade e na política. Ainda que pareçam estar ocupando espaços diferentes, ambas as visões são compatíveis, uma vez que permitem que haja a liberdade para mulheres e homens atuarem. Hewitson (2001b) e Orozco (2005; 2006), contribuem para a consolidação teórica referente a estas duas correntes de pensamento, classificando essas saídas

do debate sobre a equidade de gênero em: *economia de gênero* (cenário em que as desigualdades são eliminadas perante a manutenção do sistema econômico clássico, com a promoção da igualdade de oportunidade em espaços específicos) e a *economia feminista* (onde seriam necessárias mudanças na forma de entender e fazer o sistema econômico, principalmente com a reformulação do discurso androcêntrico) (BOHN; CATELA, 2017).

A fim de organizar a linha de discussão sobre a introdução do gênero na crítica feminista à Economia, esta dinâmica pode ser categorizada em dois níveis diferentes. O primeiro, intitulado “lado pragmático da crítica”, permite que as mulheres possam teorizar sobre as desigualdades persistentes entre homens e mulheres, evidenciando como questões relevantes do ponto de vista econômico aqueles problemas que são considerados típicos dos indivíduos do gênero feminino, tais como: questões do trabalho doméstico não remunerado e a invisibilidade do trabalho feminino nas contas nacionais; e diferentes panoramas da participação e discriminação das mulheres no mercado de trabalho. O segundo, nomeado por sua vez como o “lado metodológico e epistemológico da crítica”, possui caráter metafórico e aponta a problemática sobre o dualismo hierárquico do masculino/feminino, onde atividades e valores associados ao gênero masculino (racionalidade, abstração, análise quantitativa e neutralidade axiológica) seriam ‘objetivos’ e, como resultado, universais, à medida que seus correspondentes vinculados ao gênero feminino (cooperação, análises qualitativas e não verbais e comprometimento explícito com valores) seriam ‘subjetivos’ e específicos (FERNANDEZ, BOHN, 2021).

Na Economia de Gênero, os trabalhos tomam forma a partir da década de 1960, onde, essencialmente, recrimina-se a ausência feminina na análise econômica, analisando os diferenciais de participação e da discriminação da mulher nos espaços da economia tradicional, aspirando oportunidades igualitárias para homens e mulheres, o que se daria de forma imediata com a participação equitativa de personagens femininas nos espaços que são historicamente ocupados pelos homens. Como corrente do pensamento feminista, a Economia de Gênero incorpora duas centrais de análise: (i) *estudos de equidade*, que analisa a exclusão feminina na comunidade acadêmica, seja como participação física (sala de aula) ou como sujeito epistemológico (sujeito de estudo); e (ii) o *empirismo feminista*, que questiona a sub-representação da mulher no mercado de trabalho, com base em métodos científicos e teóricos da economia androcêntrica. A Economia de Gênero então *adiciona* a figura

feminina à estrutura econômica – a nível de estudos, compreende-se a Economia de Gênero como um subconjunto da Economia Feminista (BOHN; CATELA, 2017).

Para a Economia Feminista, inserir as personalidades, atividades e valores femininos no contexto econômico não é o suficiente para corrigir a disparidade de gênero; é necessário reconsiderá-la desde a sua origem. A Economia Feminista entende que há a necessidade da “desconstrução das dicotomias que apoiam o pensamento econômico tradicional e a valorização das atividades inviabilizadas (e feminizadas) historicamente” (BOHN; CATELA, 2017; OROZCO, 2006). Contudo, se refere não apenas a tópicos econômicos sobre as mulheres, mas sim a fenômenos econômicos que são vinculados às mulheres que influenciam homens e mulheres de diferentes formas (BOHN; CATELA, 2017).

Ao considerar as mulheres como sujeito econômico, trazemos luz para as esferas domésticas economicamente significativas. Rompendo com a relação de poder estabelecida na economia tradicional, a Economia Feminista elucida três estratégias expressivas: resgate de elementos invisibilizados no jeito de pensar a economia, declínio das hierarquias entre as esferas da sociedade e busca pela sustentabilidade da vida, para além apenas da visão de crescimento e desenvolvimento do mercado econômico (BOHN; CATELA, 2017). Teixeira (2018) nos apresenta que um dos propósitos centrais da Economia Feminista é manifestar os efeitos perversos das relações desiguais de poder, desmistificando a neutralidade da economia tradicional; para tal, busca incluir todos os campos de estudo da economia e se desafia a enfrentar questões que incluam preocupações marginalizadas, como: igualdade salarial no mercado de trabalho, distribuição do trabalho reprodutivo e desigualdades e medidas que ajudem a medir o TDNR.

Ao lançar luz sobre as condicionantes e as características do trabalho invisível, não remunerado, as análises da economia feminista têm pretendido explicitar, por um lado, quão importantes são as mulheres que o executam para a provisão de bem-estar de suas famílias e, portanto, por extrapolação, para o bem-estar social. Por outro lado, também colocam a descoberto quão deletérias são as consequências da dedicação ao trabalho não remunerado, especialmente em termos de perda de autonomia dessas mulheres, da escassez de tempo livre que essa circunstância acarreta e da falta de acesso a direitos sociais que normalmente acompanham as mulheres a ele submetidas (FERNANDEZ, 2018, p. 571).

Em seu processo de difusão como ciência, a Economia Feminista foi classificada como um campo de pesquisa da Ciência Econômica em 1990, quando a

conferência Anual da *American Economic Association* incluiu, pela primeira vez, um painel relacionado especificamente às perspectivas feministas na economia (FERNANDEZ; BOHN, 2021). Os primeiros ensaios das feministas foram reunidos em um volume intitulado *Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*, publicado por Marianne Ferber e Julie Nelson em 1993, no qual as autoras propõem que a economia considere não apenas preocupações com o mercado, mas também passe a ser definida por uma preocupação com a sustentabilidade da vida em todas as esferas (TEIXEIRA, 2018).

Por se tratar de um programa de pesquisa recente, estas economistas originalmente advêm de múltiplas escolas da Economia e se vinculam a diferentes vertentes políticas feministas, por conseguinte “não é usual que tanto seus objetos teóricos quanto suas estratégias de investigação sejam, da mesma forma, extremamente variados e suas conclusões, por vezes, conflitantes” (FERNANDEZ, BOHN, 2021, p. 17).

No entanto, são alguns os denominadores comuns que permitem o tratamento da Economia Feminista enquanto corrente teórica, sendo: (i) crítica à divisão sexual do trabalho, elucidando a importância do estudo sobre a esfera doméstica; (ii) a busca por compreender e superar as desigualdades entre mulheres e homens, introduzindo o gênero como categoria analítica; e (iii) propor outra abordagem da economia, que tenha como foco central a vida das pessoas (conforme mencionado anteriormente o apresentado por Ferber e Nelson, em 1993), substituindo a então racionalidade econômica pelo que é necessário para a sustentabilidade da vida humana, salientando o processo, interações e as relações sociais (BOHN, CATELA, 2017; FERNANDEZ, BOHN, 2021; TEIXEIRA, 2018).

A Ciência Econômica vem sendo desenvolvida e praticada majoritariamente por homens. Os modelos econômicos que foram elaborados nos últimos séculos (que são os mesmos utilizados atualmente), refletem a perspectiva de uma sociedade desigual por gênero, raça e classe e pautada em uma economia androcêntrica. Pensar em Economia Feminista é pensar sobre o coletivo, no cuidado e prosperidade da comunidade como um todo; e só será possível pensarmos em soluções para as mulheres, se suas especificidades forem consideradas no estudo econômico.

2.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, DESIGUALDADE DE GÊNERO E TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO

Numa leitura inicial e bastante ampla, as economistas feministas acreditam que a economia, como um todo, se constrói a partir de um mundo de homens. Na estrutura econômica do trabalho, a sociedade estaria embasada em uma construção dicotômica, onde ocorre a divisão social entre os gêneros. Nesse fenômeno histórico, são hierarquizadas as esferas de produção e atribuídos diferentes papéis sociais de acordo com seus gêneros, onde o homem tem prioridade para assumir a responsabilidade na esfera produtiva (tarefas produtivas que possuem valor de troca, ou seja, são remuneradas no mercado), enquanto as mulheres seriam destinadas a esfera improdutiva (trabalhos domésticos e de cuidados não remunerados) (HIRATA; KERGOAT, 2007; FERNANDEZ, 2018). A divisão sexual do trabalho é, portanto, uma forma de divisão do trabalho orientada a partir das relações sociais entre os sexos; é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Essa forma específica de divisão social do trabalho pode ser esclarecida em dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos que são “de” homem e trabalhos “de” mulheres) e o princípio hierárquico (o trabalho do homem “vale” mais do que o trabalho da mulher). Essas categorias reduzidas a gênero, diminui as práticas a “papéis sociais” (HIRATA; KERGOAT, 2007).

A teoria econômica tradicional é pragmática quanto ao conceito de trabalho produtivo, aquele que possui valor e impacto no mercado por se alinhar aos ideais de produção e de mercantilização. Trabalho este adotado pela economia tradicional e que se reflete, por exemplo, na metodologia adotada pelo IBGE na contabilização da população ativa e ocupada (IBGE, 2015; FERNANDEZ, 2019). A economia, por sua vez, não “enxerga” o trabalho doméstico não remunerado, que é dito como “invisível”; tornando essa uma metáfora bastante significativa, levando-se em consideração que o aquilo que não se vê, parece de fato não existir. A grande questão é que esse trabalho referido como invisível é repetitivo e exaustivo, imperatório (como amamentar e trocar fraldas), cotidiano (cozinhar, lavar louça, tratar da roupa, limpar e arrumar a casa) e consome muito tempo de cada dia, e de todos os dias.

Na década de 70, Becker (1965, 1974) ao incorporar o lar na análise neoclássica, se consolidou como o principal nome da Nova Economia Doméstica

(*New Home Economics*). A Economia Neoclássica parte do pressuposto que os agentes econômicos (homens e mulheres) podem escolher livremente qual o tipo de trabalho que desejam realizar. Nesse contexto, o *homo economicus* busca maximizar a sua utilidade, e as mulheres - assim como os homens - calculam os custos *versus* benefícios entre o rendimento do TDNR e o trabalho remunerado, optando racionalmente pelo primeiro, no caso das donas-de-casa. Isso resultou em salários mais baixos para as mulheres, devido à suposição de que sua educação e treinamento eram menos necessários. Nota-se que, embora a abordagem de Becker tenha trazido a economia para o âmbito familiar, o uso de uma linha de pensamento baseada na modelagem microeconômica reforça a diferença sexual (BOHN, CATELA, 2017; FERNANDEZ, 2021).

Para a Economia Marxista, o TDNR seria essencial no processo de acumulação capitalista, contudo, esse tipo de trabalho seria negligenciado por ser criador de valores de uso e não de troca. Desse modo, as relações entre marxismo e feminismo sempre foram presentes - Marx e Engels, por exemplo, influenciaram as feministas de esquerda a formularem a teoria da opressão, que reconhece a exploração da mulher no mercado de trabalho e o seu papel ativo nas tarefas domésticas -, de acordo com a perspectiva marxista, a divisão sexual do trabalho é espelhada no mercado de uma forma que as mulheres desempenham papéis que são uma extensão das suas atividades já realizadas dentro de casa (BOHN, CATELA, 2017; FERNANDEZ, 2021).

Em Economia Feminista: Uma Antologia, Fernandez e Bohn sintetizam:

As mulheres tendem a se concentrar no setor terciário (setor de serviços), desempenhando hoje em dia as mesmas tarefas e ocupando via de regra as mesmas profissões alegadamente femininas, os empregos de cuidados (serviços pessoais e enfermagem), que suas antecessoras ocupavam. Já as ocupações tipicamente masculinas, por outro lado, são mais variadas e dinâmicas, localizando-se sobretudo – porém não exclusivamente – nos setores primário e secundário da economia (agricultura e indústria). (FERNANDES, BOHN, 2022, p. 90).

Os modelos explicativos de visão feminista apontam que existe discriminação no mercado de trabalho e que as diferenças salariais são sustentadas pelos tratamentos desiguais designados para cada gênero. Para então justificar a divisão sexual do trabalho, ao menos três correntes históricas são abordadas na literatura: (1) Teoria do Capital Humano, a qual implica que os membros do casal seriam mais

produtivos caso se especializassem em apenas um tipo de trabalho, o que levaria a uma maximização da renda familiar. O desenvolvimento se dá por meio da suposição de que haveria diferenças na produtividade vinculadas a um investimento em capital humano - atributos adquiridos por meio de educação ou experiência - menor; ou seja, a mulher, por dedicar mais tempo aos cuidados do lar em decorrência da sua condição biológica, que a fará passar por gestações, partos e alguns anos dedicados aos cuidados da casa, possuiria vantagens comparativas na esfera doméstica, diminuindo seus incentivos a investir em educação específica para ocupar postos de trabalho. Sendo assim, haveria uma tendência à especialização nos papéis tradicionais de gênero - homem/provedor e mulher/dona-de-casa -, reduzindo a possibilidade de as mulheres obterem ganhos salariais comparativamente aos ganhos de seus concorrentes do sexo masculino, uma vez que seria preferível contratar os trabalhadores melhor qualificados para cada função, ou seja, os homens (FERNANDEZ, 2021).

Em (2) Modelos de Barganha, por sua vez, analisa a utilidade individual e não a utilidade conjunta do casal. Sendo o trabalho doméstico considerado uma atividade não prazerosa, os membros da família se dedicariam a trocar o tempo gasto em trabalho doméstico pelo trabalho remunerado. O determinante de como se daria essa troca seria sobre a quantidade de poder que cada membro possui, sendo um conjunto de variáveis que qualifica a quantidade do poder de barganha entre os membros do casal, como gênero, raça, escolaridade, renda e o próprio desempenho no mercado de trabalho. Desta forma, quanto maior o poder de barganha, em menos atividade doméstica o membro da família se engajaria (FERNANDEZ, 2021; DE JESUS, 2018).

Por fim, nos (3) Modelos Baseados em Normas e Instituições, reconhece-se que a divisão do trabalho doméstico é fortemente determinada por aspectos psicológicos e sociológicos de identidade de gênero, a partir da socialização. A teoria indica que os indivíduos são socializados de forma a seguir as regras associadas a cada gênero. As mulheres, principalmente entre as camadas mais populares, são voltadas para atividades domésticas não remuneradas, processo esse que ocorre desde a infância e é nomeado como “adutilização da criança”, no qual as meninas, desde muito novas, assumem responsabilidades nas atividades domésticas e de cuidados que não são atribuídas aos meninos e, por conseguinte, são mais sobrecarregadas do que eles (FERNANDEZ, 2021; DE JESUS, 2018).

Em *Feminist Theory: From Margin To Center*, Bell Hooks (2019, p. 156) enfatiza que as mulheres “são educadas pela teoria sexista a desvalorizar a contribuição da sua força de trabalho”, e indica que, através do sistema capitalista e do consumismo, são induzidas a acreditar que o trabalho só é realmente importante quando há capacidade de compra em troca do seu esforço, ocasionando na falta de compreensão sobre o quão relevante é desempenhar tarefas que contribuem para o funcionamento da sociedade. A ausência de políticas adequadas para o cuidado coloca um peso desproporcional sobre as mulheres, limitando suas oportunidades de participação plena no mercado de trabalho e reforçando as desigualdades de gênero.

A nossa socialização capitalista patriarcal evidencia a desvalorização do TDNR e de outros tipos de atividade de serviços; contudo, a partir de um recorte histórico do movimento feminista, parece improvável que tornar do trabalho reprodutivo uma atividade remunerada seja a solução para a valorização e visibilidade dessas tarefas, uma vez que esses tipos de atividades não são valorizadas, independente se possuem remuneração ou não. Em *Woman and the New World* (1976), os autores anônimos afirmam que pagar salários para o TDNR tornaria disso uma questão capitalista, uma vez que colocaria um preço em atividades que deveriam valorizar e defender o cuidado e necessidades humanas, e não apenas a necessidade de independência econômica das mulheres.

O trabalho doméstico deveria ser ensinado como uma atividade na qual se desenvolve e pratica o gosto e o zelo pelo ambiente em que se vive, porém, o que acontece na prática é o consenso de que se trata de um trabalho degradante e humilhante, inclusive pelas próprias mulheres. Crianças do sexo masculino não recebem esta educação doméstica, e crescem sem a capacidade de cuidar do seu ambiente e de si mesmas, criando uma excessiva dependência e sobrecarregando as figuras femininas do seu ciclo. As meninas, por sua vez, ainda que obrigadas a realizarem os serviços de casa, aprendem a encará-lo como uma atividade exaustiva e depreciativa – podendo facilmente desenvolver uma atitude diferente se fossem educadas a valorizar o trabalho doméstico (FERNANDEZ, BOHN, 2021).

Ainda que, particularmente nas últimas décadas, seja constante e crescente a presença feminina no mercado de trabalho, este fenômeno tem sido marcado por uma série de desigualdades que não consideram a dupla jornada realizada pelas mulheres dentro e fora de casa. A estrutura da carga do mercado de trabalho não valoriza a necessidade de conciliar as responsabilidades e demandas familiares com

o trabalho profissional, limitando a disponibilidade das mulheres para o trabalho e acentuando o desequilíbrio discriminação na contratação e ascensão profissional, maiores taxas de desemprego e menores remunerações.

A Economia Feminista busca então, nessa realidade, tornar visível a contribuição das mulheres para a economia. Abarcando o trabalho de forma mais ampla - considerando o trabalho doméstico não remunerado (o trabalho invisível), a divisão sexual do trabalho e a desigualdade de gênero -, as economistas buscam incorporar a saúde, educação e as tarefas de cuidados como temas relevantes para a economia. É necessário que se siga exigindo pela valorização do trabalho realizado no espaço doméstico e das atividades que são fundamentais para o bem-estar e, também, para o maior compartilhamento com os homens sobre as responsabilidades domésticas e de responsabilidades familiares (BOHN, FERNANDEZ, 2022).

2.2.1 Gênero e Trabalho Doméstico Não Remunerado na América Latina

O *Global Gender Gap Index* é o mais antigo índice que acompanha as disparidades de gênero entre as economias globais. Desde 2006, este relatório do Fórum Econômico Mundial viabiliza dados para analisar o progresso na equidade de entre homens e mulheres - analisando quatro áreas específicas: participação econômica e oportunidades, educação, saúde e empoderamento político – em 16 países na América Latina e Caribe, Oriente Médio e Norte da África, Ásia Central, Leste Asiático e Pacífico e África Subsaariana (Think Eva, 2024; *Global Gender Gap Index*, 2024). Ainda que, desde o ano da emissão do índice a maioria das economias tenha avançado, na exposição de 2024, os dados nos informam que a igualdade de gênero avança lentamente, de tal modo que a paridade total permanece para além do alcance de outras cinco gerações.

Embora estes elementos sejam avaliados e, de certa forma, comparados à evolução entre cada região, é essencial que seja elucidado as especificidades do movimento feminista em diferentes regiões. Isso porque os movimentos sociais progridem de formas distintas a depender do contexto político e econômico vigente na história. Para honrar com o foco deste trabalho, iremos abordar essencialmente o cenário dos países da América Latina.

Enquanto, nos Estados Unidos, o feminismo teve um foco inicial em questões de direitos civis, políticas e sociais (NOGUEIRA, 2017), na América Latina o

movimento feminista possui uma profunda conexão com temas relacionados a direitos humanos, raça e classe. Em *Radical Women In Latin America: Left and Right (2001)*, González e Kampwirth apresentam como os contextos políticos de repressão na América Latina moldaram o curso dos movimentos feministas e de resistência. Muitas mulheres se polarizaram em frente a protestos contra o Estado nos períodos em que as ditaduras governavam diversos países da América do Sul (Brasil e Chile, inclusos) das décadas de 1960 a 1980 e, assim como a natureza das ditaduras, as respostas das mulheres foram diversas. Mulheres de orientação política de direita e esquerda apresentaram diferentes interpretações e ações para o cenário político da época: enquanto as primeiras apoiavam os esforços dos militares para ajudar a promover o que entendiam como sociedades disciplinadas, as mulheres de esquerda se organizavam em grupos de direitos humanos para exigir o fim da violência e retorno de seus filhos “desaparecidos” e formavam grupos protestantes contra o impacto negativo das ditaduras na capacidade de alimentar suas famílias.

Ao contrário dos movimentos vigentes na América do Norte e Europa, durante o final do século XX, enquanto ocorriam as mudanças políticas para a democracia, os novos movimentos sociais que emergiram na América Latina eram diversos e estavam profundamente preocupados com uma questão de classe, consideravelmente porque a desigualdade econômica e a pobreza permaneceram brutais nestes países. É neste período em que as feministas latino-americanas começaram a questionar profundamente a dicotomia entre o trabalho produtivo e reprodutivo. Para muitas mulheres, a carga do TDNR foi acentuada pelas políticas de austeridade impostas pelos movimentos autoritários instaurados, consequentemente reforçando a dependência econômica das mulheres e sua exclusão de participação em trabalhos fora do ambiente familiar. A falta de políticas públicas que pensem nas mulheres, precarizando a disponibilidade de serviços como creches e assistência à saúde e à educação mantém as mulheres sobrecarregadas, perpetuando a desigualdade de gênero (GONZÁLEZ, KAMPWIRTH, 2001).

No Brasil, as autoras deixam claro como as trabalhadoras domésticas, em sua maioria mulheres negras, combateram uma longa trajetória de exploração, marcada pela escravatura e hierarquias raciais e de classe que se conservaram após a abolição (GONZÁLEZ, KAMPWIRTH, 2001). O fato de o trabalho doméstico ser uma das poucas opções de emprego para mulheres de baixa renda, especialmente para mulheres não brancas, expõe como a opressão de gênero se relaciona com outras

formas de exploração (González, Kampwirth, 2001). No Brasil, em 2007, 94% das pessoas empregadas no trabalho doméstico eram mulheres, com uma representativa participação das mulheres negras, que ocupavam 61% deste cenário, contra 39% de mulheres brancas. Ao todo, 21,4% das mulheres negras atuam como domésticas, em comparação a 12,1% entre as mulheres brancas (sobre os homens, o trabalho doméstico significa somente 0,8% de ocupação), evidenciando não apenas uma questão de gênero, mas também de raça (MARIANO, CARLOTO, 2013).

O contexto das feministas no Chile é essencialmente ligado à resistência contra as ditaduras militares. Durante o regime de Augusto Pinochet, as mulheres de esquerda assumiram papéis centrais organizando redes de solidariedade feminina de resistência em defesa dos direitos humanos que, após o fim da ditadura, se multiplicaram e se transformaram em movimentos feministas mais amplos (GONZÁLEZ, KAMPWIRTH, 2001).

Movimentos esses que pressionaram as autoridades por políticas que incorporassem nas discussões a reflexão sobre a identidade feminina, o questionamento dos papéis de gênero e a redistribuição do trabalho de cuidados. Um exemplo significativo foram as lutas por creches públicas e serviços de saúde acessíveis, que foram vistos pelas feministas como essenciais para libertar as mulheres da excessiva carga do TDNR e contribuir para sua entrada no mercado de trabalho formal (GONZÁLEZ, KAMPWIRTH, 2001).

Cuba apresenta uma interessante exceção aos demais países da América Latina, devido à tentativa do governo socialista em redistribuir o trabalho doméstico entre homens e mulheres. A igualdade das mulheres foi incluída na agenda do Partido Comunista de Cuba (PCC) desde seus primeiros congressos, como uma questão fundamental em várias de suas teses e resoluções (GARRIDO, 2023). No discurso oficial, após 1959, o governo cubano tentou promover a igualdade de gênero através de programas como creches gratuitas e refeitórios públicos, que visavam aliviar as mulheres do TDNR. Contudo, apesar das tentativas, logo se identificou que a continuidade das concepções tradicionais e machistas, bem como a pouca qualificação técnica das mulheres, continuaram a ser barreiras significativas para a igualdade de gênero (GONZÁLEZ, KAMPWIRTH, 2001; GARRIDO, 2023).

Ainda que as mulheres cubanas estivessem integradas de forma massiva na força de trabalho formal, continuaram sendo as principais responsáveis pela elaboração do TDNR. As dificuldades econômicas, que foram agravadas pela

interseção norte americana no cenário político e econômico, também forçaram diversas mulheres a lidarem com a escassez de bens e serviços essenciais. As mulheres, então, se viram buscando por direitos em um sistema que, na teoria promovia a igualdade de gênero, não foi eficaz ao lidar com as condutas patriarcais enraizadas na sociedade (GONZÁLEZ, KAMPWIRTH, 2001).

Em suma, as feministas latino-americanas, buscam não apenas a redistribuição e reconhecimento quanto ao TDNR, mas também assumem a necessidade de uma representação política e econômica pensada na sua qualidade de vida. O movimento feminista da América Latina é essencialmente ligado às questões de raça e classe, desafiando normas culturais e estruturas econômicas que sustentam o a dicotomia entre trabalho produtivo e reprodutivo, questionando o modelo econômico que lucra com essa exploração invisível (GONZÁLEZ, KAMPWIRTH, 2001).

3 MATERIAL E MÉTODOS

Este capítulo tem por objetivo apresentar os procedimentos utilizados para investigar o trabalho doméstico não remunerado e a sua relação com a desigualdade de gênero no Brasil, Chile e Cuba. A metodologia utilizada inclui a análise documental de fontes históricas, estudos econômicos e dados estatísticos, assim como uma revisão de literatura acadêmica relacionada ao movimento feminista, trabalho doméstico e desigualdade de gênero na América Latina. A preferência por uma abordagem mista – qualitativa e quantitativa – permite uma análise aprofundada dos diferentes aspectos que envolvem o tema, tanto do ponto de vista econômico quanto do político e social.

A revisão de literatura foi realizada a partir de uma busca sistemática de artigos acadêmicos, utilizando como principais fontes as plataformas Google Acadêmico e SciELO, livros e teses relacionados ao TDNR e desigualdade de gênero. Foram selecionados estudos com foco nas áreas de economia do trabalho, movimento feminista e políticas públicas voltadas para a questão de gênero na América Latina. Além disso, a revisão incluiu obras históricas que descrevem a evolução do trabalho doméstico não remunerado nos três países analisados: Brasil, Chile e Cuba. Essa revisão forneceu o embasamento teórico e histórico necessário para contextualizar a análise dos dados econômicos.

A análise quantitativa desta monografia foi baseada em dados estatísticos provenientes de instituições internacionais e nacionais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Estatísticas do Chile (INE), e o Anuário Estatístico de Cuba. Para o Brasil e o Chile, foram utilizados dados referentes ao período de 2020 a 2022. No caso de Cuba, devido à maior dificuldade de coleta, foram considerados os dados disponíveis mais recentes, geralmente do último ano de coleta, que corresponde a 2016. Além disso, foram utilizados relatórios da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A coleta permitiu uma análise longitudinal das mudanças no volume de TDNR e seu impacto sobre a participação econômica das mulheres.

Para medir a contribuição do trabalho doméstico não remunerado na economia, foram utilizadas métricas de horas trabalhadas por semana, comparações com o produto interno bruto (PIB) e as diferenças de gênero nas taxas de emprego formal. Os dados foram processados utilizando planilhas do Microsoft Excel para o

cálculo de indicadores, como o "tempo dedicado ao trabalho doméstico não remunerado" em relação ao trabalho remunerado, e foram gerados gráficos e tabelas para a apresentação dos resultados.

A abordagem qualitativa centrou-se na análise de textos e discursos políticos e sociais relacionados ao feminismo e às lutas pelo reconhecimento do trabalho doméstico ao longo do tempo em Brasil, Chile e Cuba. Documentos governamentais, como leis trabalhistas e políticas de igualdade de gênero, foram avaliados em conjunto com discursos de movimentos feministas e a literatura histórica sobre o papel das mulheres nas economias domésticas. Além disso, a análise inclui entrevistas secundárias de estudos existentes, que descrevem a percepção e vivência de mulheres em relação ao trabalho doméstico não remunerado.

A análise documental e o estudo dos discursos feministas foram conduzidos por meio de uma técnica de análise de conteúdo, com o objetivo de identificar padrões e recorrências na maneira como o trabalho doméstico é tratado em diferentes momentos históricos e contextos políticos.

As limitações desta pesquisa incluem a disponibilidade limitada de dados comparáveis entre os três países, especialmente no que tange ao impacto do trabalho doméstico sobre a economia e a história dos movimentos feministas. Além disso, o acesso a fontes históricas detalhadas para Cuba foi desafiador, dada a natureza política do país e a menor produção acadêmica disponível em comparação com o Brasil e o Chile. Para contornar essas limitações, a análise foi complementada por dados qualitativos e pela revisão de literatura de autores locais.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta os resultados das análises realizadas com base nos dados obtidos, sobretudo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). O objetivo central é examinar a participação das mulheres na economia – com ênfase nas brasileiras, chilenas e cubanas -, quantificar as suas contribuições no TDNR e avaliar os impactos da sobrecarga da atividade de cuidados em outras áreas de suas vidas.

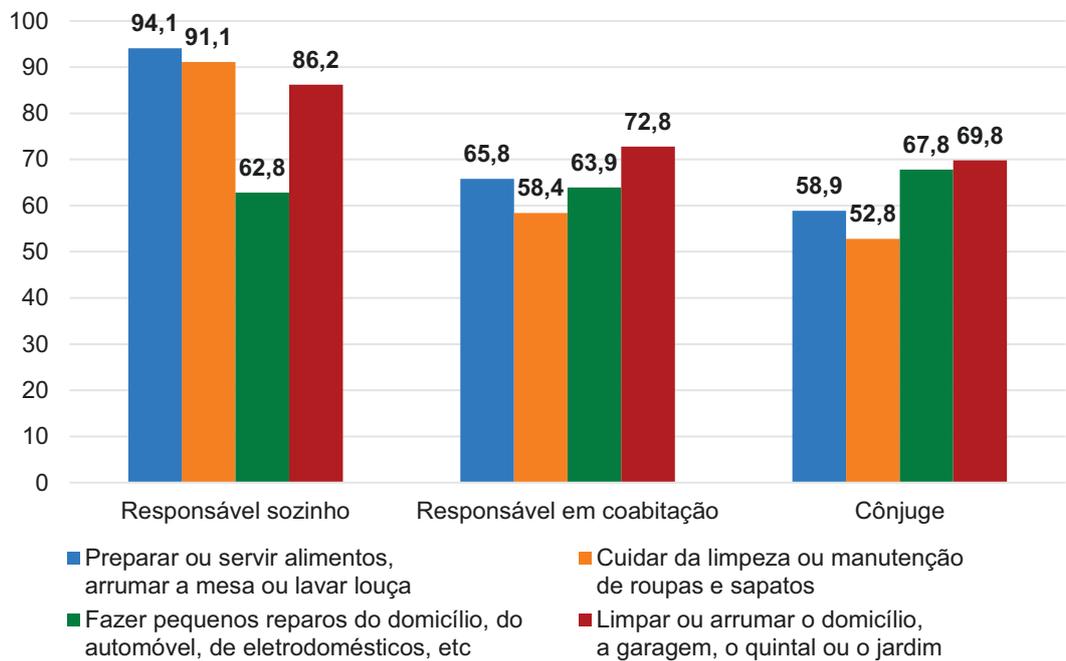
As pesquisas revelam um mercado de trabalho profundamente desigual, caracterizado pela precariedade nas relações laborais para as mulheres, evidenciando a carga desproporcional que recai sobre elas em múltiplos contextos sociais e econômicos.

4.1 A DUPLA JORNADA FEMININA: A CONCILIAÇÃO ENTRE TRABALHO PRODUTIVO E CUIDADOS DOMÉSTICOS

O ingresso das mulheres no mercado de trabalho, ao invés de equilibrar as atribuições entre os gêneros, reforça as desigualdades e desvantagens vividas pelas mulheres. Hoje, as mulheres dividem com os homens a responsabilidade de prover financeiramente suas famílias, mas ainda carregam individualmente o peso das tarefas domésticas e dos cuidados familiares. Essa realidade evidencia que as conquistas femininas no espaço público, por mais significativas que sejam, representam uma revolução incompleta, uma vez que não foram suficientes para eliminar a desigualdade no espaço privado, perpetuando uma desigual e desfavorável divisão sexual do trabalho (SOUSA, GUEDES, 2016).

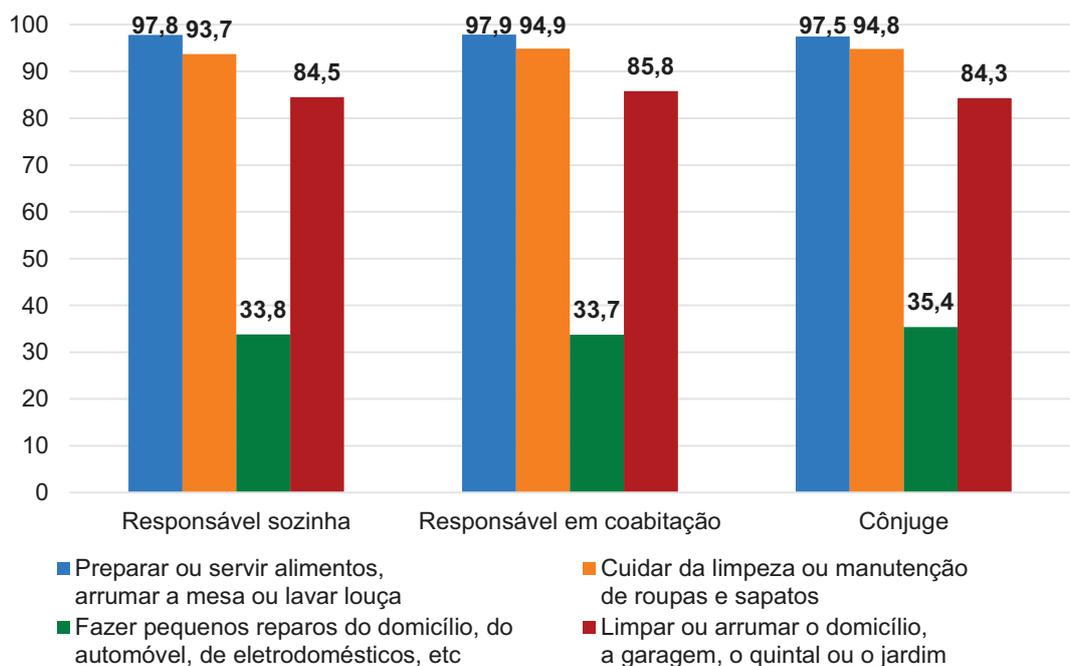
Os gráficos 1 e 2 apresentam a média de atividades domésticas realizadas por brasileiros de 14 anos ou mais de idade, distribuída por gênero. O Gráfico 1 destaca as atividades realizadas por homens, segmentadas pela condição no domicílio, enquanto o Gráfico 2 apresenta o mesmo tipo de atividade, mas realizadas por mulheres.

GRÁFICO 1 – HOMENS QUE REALIZARAM AFAZERES DOMÉSTICOS NO DOMICÍLIO, POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO



FONTE: PNAD Contínua: Outras formas de trabalho (2022)

GRÁFICO 2 – MULHERES QUE REALIZARAM AFAZERES DOMÉSTICOS NO DOMICÍLIO, POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO



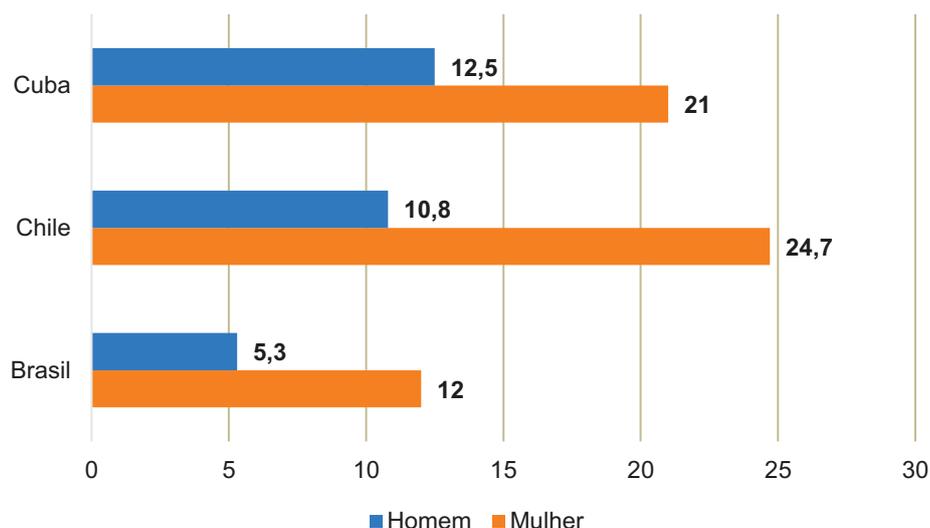
FONTE: PNAD Contínua: Outras formas de trabalho (2022)

Quando se analisa o tipo de tarefa doméstica realizada por sexo, nota-se uma grande disparidade entre homens e mulheres. Em 2022, as atividades relacionadas à alimentação, limpeza ou manutenção de roupas e calçados, e arrumação da casa ainda eram predominantemente concentradas nas mulheres, enquanto a única tarefa em que os homens mostraram uma taxa maior de participação superior foi a de pequenos reparos e manutenção doméstica (60,2% dos homens que realizaram afazeres e 32,9% das mulheres).

A análise dessas atividades domésticas segundo a condição de moradia revela que os homens só igualam a participação das mulheres quando vivem sozinhos. Por outro lado, quando estão em coabitação, seja na condição de responsável pelo domicílio, seja na condição de cônjuge ou companheiro, os homens diminuem sensivelmente sua realização de afazeres domésticos, com exceção dos pequenos reparos e manutenção. Para as mulheres, por outro lado, a condição de moradia e o fato de viverem sozinhas ou acompanhadas não causam grandes variações na realização dessas atividades.

Expandindo a análise para um contexto mais amplo, o gráfico 3 permite observar a distribuição do tempo dedicado ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerados, segmentado por país e por sexo.

GRÁFICO 3 – PROPORÇÃO DE TEMPO GASTO EM TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS NÃO REMUNERADO, POR SEXO



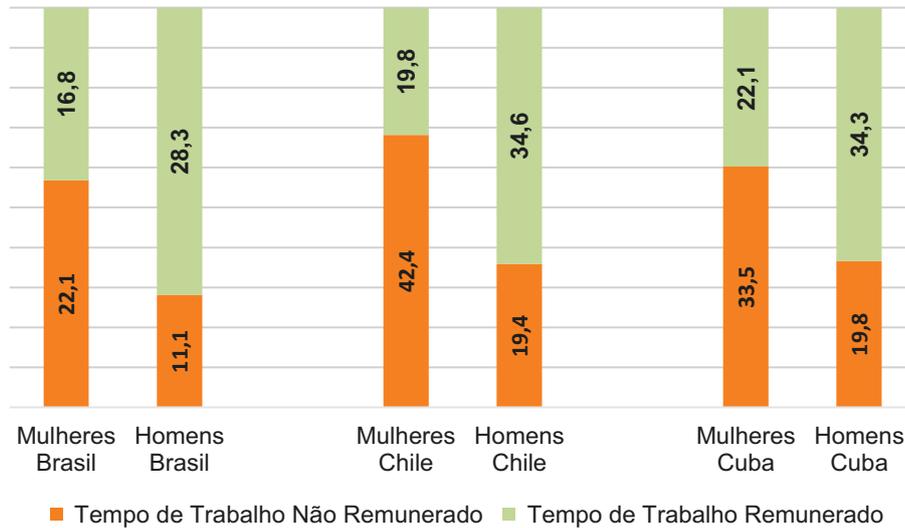
FONTE: CEPAL - Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe (2022)

Em análise dos dados fornecidos pela CEPAL, amplia-se a compreensão sobre a disparidade na realização do TDNR entre homens e mulheres em um cenário mais abrangente. Do exposto, uma coisa é evidente: a sobrecarga da mulher na realização dos afazeres domésticos. Sobrecarga esta que “é uma das principais razões, se não a maior, pelo adoecimento das mulheres e da busca por ajuda e por cuidado em termos de saúde mental”, de acordo com Juliane Borsa, psicóloga e especialista em saúde mental feminina (THINK OLGA, pág. 29, 2024). Em dados, o laboratório Think Olga mostra em sua pesquisa que 1 a cada 4 mulheres se declara insatisfeita com a sua saúde mental (THINK OLGA, pág. 33, 2024).

Não obstante, além do impacto psicológico, as responsabilidades do cuidado também estão relacionadas a níveis mais altos de insatisfação com a situação financeira e o trabalho. Uma mulher sobrecarregada com o cuidado possui menos tempo ou condições para se dedicar ao trabalho remunerado. No Brasil, só em 2023 mais de 2,5 milhões de mulheres deixaram de trabalhar para se dedicar ao trabalho de cuidado – e mais: desde a pandemia, as mulheres entre 30 e 44 anos se tornaram as principais representantes da parcela da população feminina que é economicamente ativa, mas tem seu tempo e mobilidade restringidos e sua presença no mercado de trabalho limitada para responder as necessidades de pessoas com diferentes demandas (THINK EVA, 2024).

Os resultados apontam para uma distribuição desigual e desproporcional do tempo dedicado às atividades de cuidado e ao trabalho remunerado entre os sexos, conforme demonstrado no Gráfico 4. A seguir, observa-se o tempo médio semanal, em horas, destinado ao trabalho remunerado e não remunerado pela população de 15 anos ou mais, discriminado por sexo e por país.

GRÁFICO 4 – TEMPO MÉDIO DEDICADO AO TRABALHO REMUNERADO E NÃO REMUNERADO DA POPULAÇÃO COM 15 OU MAIS ANOS, POR SEXO E POR PAÍS



FONTE: CEPAL - Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe (2022)

Os resultados obtidos confirmam e reforçam a tendência de sobrecarga gerada pelo trabalho de cuidados, majoritariamente assumido pelas mulheres em comparação ao TDRN remunerado e à carga de trabalho dos homens. Embora o total de horas dedicadas ao trabalho (formal e informal) apresente variações entre os três países, em todos os contextos as mulheres destinam mais de 50% do seu tempo médio semanal aos afazeres domésticos e de cuidados não remunerados. Essa distribuição é evidenciada pelos dados, que mostram 57% do tempo semanal para as brasileiras, 60% para as cubanas e, no caso mais acentuado, 68% para as chilenas, conforme tabelas 1 e 2, abaixo.

TABELA 1 – Tempo Médio dedicado ao TDNR da população feminina com 15 anos ou mais

	Mulheres					
	Total	(%)	Tempo de TDNR	(%)	Tempo de Trab. Remunerado	(%)
Brasil	38,9	100%	22,1	56,8%	16,8	43,2%
Chile	62,2	100%	42,4	68,2%	19,8	31,8%
Cuba	55,6	100%	33,5	60,3%	22,1	39,7%

FONTE: CEPAL - Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe (2022)

TABELA 2 – Tempo Médio dedicado ao TDNR da população masculina com 15 anos ou mais

	Homens					
	Total	(%)	Tempo de TDNR	(%)	Tempo de Trab. Remunerado	(%)
Brasil	39,4	100%	11,1	28,2%	28,3	71,8%
Chile	54,0	100%	19,4	35,9%	34,6	64,1%
Cuba	54,1	100%	19,8	36,6%	34,3	63,4%

FONTE: CEPAL - Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe (2022)

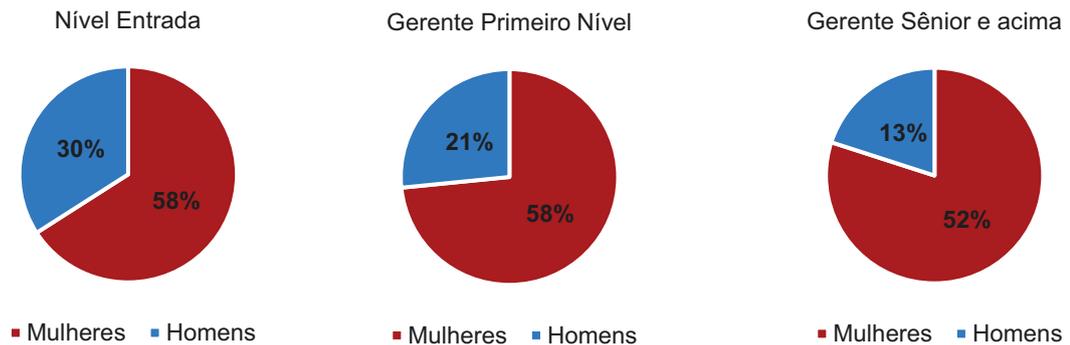
Dada a evidente disparidade entre as horas semanais dedicadas ao trabalho por mulheres chilenas e cubanas em comparação às brasileiras, faz-se necessário retomar, de forma breve, o esclarecimento sobre as diferenças econômico-sociais de Chile e Cuba. Ambos os países possuem contextos históricos marcados por movimentos políticos significativos, que resultaram e influenciaram para uma lenta evolução de políticas públicas voltadas para a equidade de gênero. Por muitas vezes, intensificaram a dependência econômica das mulheres e mantiveram-nas subjugadas a atividades de baixa ou nenhuma remuneração.

A consultoria Think Eva (2024) apresenta dados reveladores acerca da participação econômica das mulheres e a necessidade da equidade salarial para atingirmos a paridade de gênero: 93% das brasileiras têm participação ativa nas finanças domésticas, e 51,7% são as únicas ou principais responsáveis financeiras de seus lares. Segundo um estudo publicado pelo IPEA, os resultados apontam que homens e mulheres, ainda que estejam casados e dividam o orçamento familiar, distribuem os seus gastos pelo orçamento de acordo com os papéis de gênero em que foram tradicionalmente construídos na sociedade. As mulheres são as que mais gastam com alimentação, educação, saúde e cuidado com os filhos, em comparação aos homens (ALMEIDA, GALVÃO, 2021). Os dados apresentados nos ajudam a entender compreender a complexidade da sobrecarga do trabalho: 59,4% dos lares que vivenciam insegurança alimentar são liderados por mulheres, sendo que 71% necessitam de trabalhos adicionais para complementar a renda. (THINK EVA, 2024).

Além disso, a responsabilidade da sobrecarga do TDNR cria obstáculos para o avanço de suas carreiras. *Women in the Workplace*, estudo divulgado pela McKinsey, apresenta que, em nível global, ao serem promovidos, os homens tendem a ver suas responsabilidades domésticas reduzidas, enquanto para as mulheres a carga permanece praticamente inalterada. Entre funcionários de nível básico, as

mulheres têm cerca de duas vezes mais probabilidade do que os homens de fazer todo o trabalho de cuidados; entre funcionários em cargos de liderança, a diferença é quase o dobro (MCKINSEY, 2022, pág. 18).

GRÁFICO 5 – PORCENTAGEM DE HOMENS E MULHERES EM DIFERENTES NÍVEIS QUE SÃO RESPONSÁVEIS PELA MAIORIA OU POR TODAS AS TAREFAS DOMÉSTICAS E/OU COM OS FILHOS

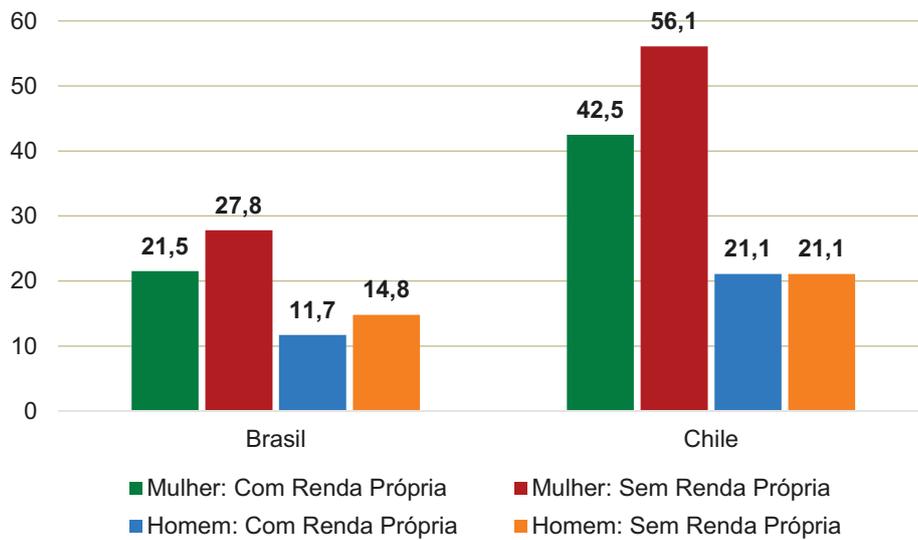


FONTE: McKinsey and Company – Women in the Workplace (2022)

Assim, as mulheres enfrentam dificuldade adicionais para conciliar a estabilidade financeira (pessoal e da família) com a manutenção do lar. Mesmo quando avançam no mercado de trabalho formal, elas continuam assumindo a maior parte das obrigações relacionadas à provisão de recursos essenciais para a sobrevivência familiar, como compra de alimentos e investimento em educação. Além disso, são predominantemente responsáveis pela realização do TDNR, o que reforça ainda mais o peso de suas responsabilidades.

No gráfico 6, é possível validar o tempo dedicado ao trabalho de cuidados pela população de 20 a 59 anos, considerando o rendimento próprio, por sexo e por país. A análise foca especialmente no Brasil e Chile, devido à limitação de dados quantitativos precisos para Cuba sobre este indicador.

GRÁFICO 6 – TEMPO DE TRABALHO NÃO REMUNERADO DA POPULAÇÃO DE 20 A 59 ANOS SEGUNDO RENDIMENTO PRÓPRIO, POR SEXO



FONTE: CEPAL - Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe (2022)

No caso de mulheres sem rendimento próprio, o tempo dedicado ao trabalho não remunerado ultrapassa 29% (Brasil) e 32% (Chile) em relação ao tempo gasto por aquelas que possuem rendimento próprio. Ainda, torna-se evidente que, embora a obtenção de renda própria possa reduzir a carga de trabalho doméstico e de cuidados não remunerado das mulheres, a disparidade de gênero não diminui. A diferença de horas dedicadas ao TDNR entre homens e mulheres continua significativa, sendo mais do que o dobro no caso do Chile.

Embora as políticas que promovam o acesso das mulheres ao seu próprio rendimento possam aliviar parcialmente sua carga de trabalho não remunerado, se não houver um foco na cocriação de responsabilidades das tarefas domésticas entre homens e mulheres, as desigualdades de gênero não serão superadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia apresentou a dicotomia do trabalho de cuidados e do trabalho formal com base na análise da Economia Feminista que, como um movimento social e político, reconheceu a necessidade de reconsiderar o sistema econômico atual, por um que validasse a necessidade e a importância da inclusão da realidade e a força de trabalho das mulheres. O objetivo desta pesquisa foi evidenciar como os impactos da excessiva carga de TDNR realizado pelas mulheres advém de um contexto histórico de socialização e, através da coleta de dados fornecidas em pesquisas e órgãos estatais, como Think Eva/Olga e IBGE/PNAD Contínua, apresentar como essa desigualdade impacta a vida saudável das mulheres de maneira geral.

Ao optar pela análise de uma seleção de três países da América Latina (Brasil, Chile e Cuba) faz-se necessário reconhecer a influência dos diferentes contextos históricos e políticos, que impactam nas desigualdades econômicas, organização das leis trabalhistas e as políticas públicas. Os estudos de países da América Latina, por si só, já tornam a pesquisa e seus resultados por muitas vezes mais variados e complexos, e é justamente essa pluralidade torna possível analisar a divisão sexual do trabalho em diferentes conjecturas.

Ainda, a obtenção de dados sobre o trabalho produtivo e reprodutivo foi um desafio, visto que não há padronização na América Latina em quais dados são coletados, de que forma e com que frequência - inclusive, pela própria CEPAL, que tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico e social da América Latina e do Caribe através da elaboração de estudos e análises econômicas. Mesmo com instituições voltadas para incentivo à pesquisa, houve uma carência de certos dados mais atualizados, principalmente em respeito à Cuba, que por muitas vezes carece com faltas de investimentos em pesquisa e atraso na atualização de base de dados.

Além disso, cabe ressaltar que, devido à dificuldade de obtenção de dados e à falta de padronização nas informações, foi optado por não realizar um recorte racial e social mais aprofundado nesta pesquisa. Essa seria uma análise crucial para entender de maneira mais completa como as desigualdades de gênero se cruzam com as desigualdades sociais e raciais na divisão do trabalho. No entanto, é um objetivo a ser explorado em trabalhos futuros, uma vez que essa abordagem poderia enriquecer ainda mais as conclusões apresentadas.

De maneira geral, foi verificado que as mulheres despendem maior tempo de dedicação a realização das tarefas de cuidados para manutenção da família e do lar, mesmo aquelas que possuem um trabalho formal remunerado fora do ambiente domiciliar. A socialização incita, desde a primeira infância, a dicotomia da designação dos papéis de gênero: qual o lugar da mulher e qual o papel do homem na sociedade. As mulheres são ensinadas desde muito novas a realizar (e, inclusive, brincar com) atividades de cuidado; são as filhas - e não os filhos - que se tornam as maiores responsáveis por dividir a sobrecarga das atividades do trabalho doméstico realizadas pelas mães.

A sobrecarga do TDNR influencia, dentre diversos aspectos, na baixa qualidade da saúde mental das mulheres e na maior indisposição para se aprimorarem e se desenvolverem para tornarem mais possível a evolução de suas carreiras; muitas vezes as mantendo em uma zona de pobreza e baixa remuneração. E, quando conquistam espaços de liderança e alcançam cargos elevados no mercado de trabalho, elas ainda continuam sendo as principais responsáveis pela exceção das atividades de cuidado.

É nesse contexto que se vêm envolvidas em um efeito em cadeia, do qual é difícil escapar: a sobrecarga do TDNR não só limita o desenvolvimento profissional das mulheres, como também restringe a sua liberdade e independência pessoal e financeira. Ao não haver um suporte social e institucional para compartilhar essa responsabilidade com a sociedade em geral, as mulheres permanecem presas a uma estrutura que as impede de atingir seu potencial pleno.

O bem-estar das mulheres reflete no bem-estar da economia, uma vez que são elas que mantêm o progresso ativo, desde o cuidado com a casa e seus dependentes, até com suas contribuições no trabalho formal. O interesse resolutivo dessa desigualdade entre homens e mulheres, deve ser, portanto, coletivo. É preciso garantir flexibilidade nas modalidades de trabalho, ampliar a oferta de serviços como creches e garantir políticas que protejam a mulher em todas as suas etapas de vida profissional, incluindo a gravidez. O desenvolvimento da paridade de gênero dos próximos anos deve ser voltado para um esforço de transformação, que reconheça a importância do equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

REFERÊNCIAS

BOHN, Liana; CATELA, E. Y. da. S. **Há Economia Feminista na Ciência Econômica brasileira? Avaliação da produção científica na área entre 1990-2015.** XX Encontro de Economia da Região Sul, 2017. Porto Alegre. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/>. Acesso em: 19 out. 2023.

CARDOSO, Luiz Felipe. Refletindo os Conceitos Gênero e Sexo em Dicionários. **REVISTA DE ENSINO, EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS.** Londrina, PR. v. 20, n. 2, p. 187–191, 2019. Disponível em: <https://revistaensinoeducacao.pgsscogna.com.br/ensino/article/view/6628>. Acesso em: 10 jul. 2023.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Proporción del tiempo dedicado al trabajo doméstico y de cuidado no remunerado, desglosado por sexo.** *Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe.* Disponível em: <https://oiq.cepal.org/es/indicadores/>. Acesso em: 01 nov. 2024.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Tiempo promedio destinado al trabajo remunerado y no remunerado de la población de 15 años de edad y más, por sexo, según país.** *Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe.* Disponível em: <https://oiq.cepal.org/es>. Acesso em: 23 out. 2024.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Tiempo de trabajo no remunerado según ingresos propios por sexo.** *Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe.* Disponível em: <https://oiq.cepal.org/es/indicadores/>. Acesso em: 24 set. 2024.

CRISTALDO, Heloisa; **Brasil registra 78ª posição em ranking sobre igualdade de gênero.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 10 mar. 2023.

Divisão de Desenvolvimento Social e pela Divisão de Estatísticas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A distribuição do tempo: dimensão essencial na análise da desigualdade. **Panorama Social da América Latina.** Santiago: CEPAL, 2016. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/>. Acesso em: 03 mai. 2023.

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA USP). Bacharelado em Ciências Econômicas. **O que é Economia?** Disponível em: <https://www.fea.usp.br/economia/graduacao/o-que-e-economia>. Acesso em: 24 abr. 2023.

FERNANDEZ, Brena Paula; BOHN, Liana. **Economia Feminista: Uma Antologia.** São Paulo: Amazon, 2022. 1 ebbok kindle, 3935 KB.

FERNANDEZ, Brena. Economia Feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros. **Revista de Economia Política,**

vol 38, nº 3 (152), p. 559-583, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 04 ago. 2024.

FERNANDEZ, Brena. Teto de vidro, piso pegajoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: por que as iniquidades persistem?. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 26, p. 79-104, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/>. Acesso em: 15 fev. 2024.

FERNANDEZ, Brena. **Trabalho Invisível À Luz Das Teorias Neoclássica, Marxista E Da Economia Feminista: Três Paradigmas Em Disputa. Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2021.** Disponível em: <https://neef.paginas.ufsc.br/>. Acesso em: 15 fev. 2024.

GARRIDO, Jasely. **Mulheres na Revolução Cubana, de 1959 a 2023.** Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 29 set. 2024.

GONZÁLEZ, V.; KAMPWIRTH, K. **Radical Woman In Latin América: Left and Right**, 2001. Disponível em: <chrome-https://www.historyisaweapon.com/.pdf>. Acesso em: 23 set. 2024.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Cadernos de pesquisa, v. 37, p. 595-609, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 18 jun. 2023.

HOOKS, B. **Teoria Feminista: Da Margem Ao Centro.** Tradução: Angela Cristina Salgueiro Marques e Sandra Regina Goulart Almeida. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019. Título original: *Feminist Theory: From Margin to Center*.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Segundo Trimestre de 2022.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 out. 2024.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Estudo aponta desigualdade de gênero no trabalho doméstico e de cuidados não remunerado no Brasil.** Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/>. Acesso em: 16 abr. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **O Padrão De Consumo E Comportamento Familiar Por Gênero No Brasil: Uma Análise Usando A Pesquisa De Orçamentos Familiares 2008/2009.** Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/>. Acesso em: 03 nov. 2024.

JESUS, J. C. de. **Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise de produção, consumo e transferência.** Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/>. Acesso em: 13 mar. 2024.

LABORATÓRIO THINK OLGA DE EXERCÍCIOS DE FUTURO. **Esgotadas.** Disponível em: <https://lab.thinkolga.com/esgotadas/>. Acesso em 10 ago. 2024.

LEONE, Eugenia; KREIN, José; TEIXEIRA, Marilane. **Mundo Do Trabalho Das Mulheres: Ampliar Direitos E Promover A Igualdade.** Instituto de Economia

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.economia.unicamp.br/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

MARIANO, Silvana.; CARLOTO, Cássia. **Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família, 2013**. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 18 set. 2024.

MCKINSEY AND COMPANY. **Women in the Workplace**. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/women-in-the-workplace-2022.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2024.

MELO, H. P. de.; CONSIDERA, Claudio; SABBATO, A. di. Os afazeres domésticos contam. **ECONOMIA E SOCIEDADE**. Niterói, RJ, v. 16. n. 3 (31), p. 435-454, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos>. Acesso em: 15 jul. 2023.

MELO, H. P. de.; CONSIDERA, Claudio; SABBATO, A. di. Os afazeres domésticos contam. **ECONOMIA E SOCIEDADE**. Niterói, RJ, v. 16. n. 3 (31), p. 435-454, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos>. Acesso em: 15 jul. 2023.

NOGUEIRA, Conceição. **Interseccionalidade e Psicologia Feminista**. São Paulo: Amazon, 2017. 1 ebbok kindle, 1214 KB.

OROZCO, A.P. **Perspectivas Feministas En Torno A La Economía: El Caso De Los Cuidados**. Centro de Estudios Sociales (CES), 2006. Disponível em: <https://www.gemlac.org/attachments/>. Acesso em: 01 ago. 2024.

OXFAM BRASIL. **Tempo de Cuidar**. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/tempo-de-cuidar/>. Acesso em: 03 mai. 2023.

PAL, K.; PIAGET, K.; ZAHID, S. Global Gender Gap Report, 2024. Disponível em: <https://www.weforum.org>. Acesso em: 09 ago. 2024.

PINHEIRO, Luana; MEDEIROS, Marcelo; COSTA, Joana; BARBOSA, Ana de Holanda. **Gênero é o que importa: determinantes do trabalho doméstico não remunerado no Brasil**. Brasília, DF: Ipea, set. 2023. ISSN 1415-4765. (Texto para Discussão, n. 2920). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/td2920-port>. Acesso em 11 mar. 2023.

RAWORTH, K. **Economia Donut: Uma alternativa ao crescimento a qualquer custo**. Tradução: George Schlesinger. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2019. Título original: Doughnut Economics: Seven Ways to Think Like a 21st-Century Economist.

SOUSA, L. P. de.; GUEDES, Dyeggo. **A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década**. *Estudos Avançados*, v. 30, p. 123-139, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/>Acesso em: 07 out. 2024.

TEIXEIRA, Marilane. A economia feminista e a crítica ao paradigma econômico predominante. **TEMATICAS**, Campinas, SP, v. 26, n. 52, p. 135–166, 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

THINK EVA. **Mulheres "Geração Sanduíche": você conhece, é, ou um dia, será uma.** Disponível em: <https://thinkeva.com.br/sobrecarga-geracao-sanduiche/>. Acesso em 04 mai. 2024.

THINK EVA. **Porque sem Igualdade Salarial não haverá Igualdade de Gênero.** Disponível em: <https://thinkeva.com.br/dia-internacional-da-igualdade-salarial/>. Acesso em 23 set. 24.

THINK OLGA. **“Ainda falta muito?”: A previsão é de 134 anos para a igualdade de gênero.** Disponível em: <https://thinkeva.com.br>. Acesso em: 09 ago. 2024.

Woman and the New World. Disponível em: <https://digital.library.pitt.edu/>. Acesso em: 29 mai. 2024.